

Ata da 9ª sessão extraordinária do 4º ano legislativo da 7ª legislatura do município de Cordeiropolis, realizada em 13 de maio de 1976.

Aos treze dias do mês de maio de 1976, precisamente às 20,00 horas, no Paço Municipal-Sala das sessões, conforme Edital de Convocação, reuniu-se a Câmara de Cordeiropolis, a fim de promover a 9ª sessão extraordinária do 4º ano legislativo da 7ª legislatura do município de Cordeiropolis, sessão esta presidida pelo vereador David Alves de Oliveira, Presidente e secretariada pelo vereador Jose Luiz Buratti, 1º secretário. Procedida a chamada a ela responderam presente os seguintes vereadores: Bernardino C. Botelho, Carlos Tomazella, Cassio de F. Levy, David Alves de Oliveira, Elias A. Saad, Geraldo Bertanha, Jose Jorente, Luiz Beraldo e Jose Luiz Buratti. Nove vereadores presentes. Havendo numero legal o senhor presidente declara aberta a sessão solicitando que fosse feita a leitura da ata da sessão anterior ou seja da 8ª sessão ordinária, realizada em 04 do corrente, a qual depois de lida foi posta em discussão e não havendo vereadores que se manifestassem, foi posta em votação, tendo sido aprovada por unanimidade, sem debates. Passou-se imediatamente a ORDEM DO DIA: 2ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, do Projeto de Lei nº14/76, de 5/4/76, que suspenda o lançamento e a cobrança do acréscimo da Taxa de Execução do serviço de abastecimento d'água no Município.-Taxa M-, com parecer da comissão de Justiça e Redação, apresentando emenda ao artigo 1º, no dígito, estabelecendo o valor mensal de Cr\$17,00, pela cobrança da taxa d'água pelo mínimo de 22.000 litros, sendo colocado em discussão os pareceres das comissões de justiça e redação e finanças e orçamento, sendo que as bancadas do MDB e ARENA, mantiveram seus pontos de vista, idêntico, digo, iguais quando da 1ª discussão votação do Projeto de Lei. Posto em votação, foram aprovados por cinco votos contra quatro votos. Logo em seguida é posto em discussão o Projeto de Lei, e não havendo vereadores que se manifestassem, é posto em votação, tendo sido aprovado por unanimidade. 2ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, do Projeto de Lei nº12/76, de 5/4/76, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convenio com a Secretaria de Relações do Trabalho e dá outras providências, com pareceres das comissões de justiça e redação e finanças e orçamento apresentando emendas aos artigos 1º e 3º do Projeto de Lei, sendo que ambas, digo, ambas as bancadas desta Casa, mantiveram seus pontos de vista, iguais quando da 1ª discussão e votação. Postos, digo, postos em votação, foram aprovados por cinco votos contra quatro votos. Em seguida é posto em discussão e votação o Projeto de Lei, e não havendo vereadores que se manifestassem, é posto em votação, tendo sido aprovado por unanimidade. 3ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO do Projeto de Lei nº13/76, de 5/4/76, que abre crédito especial para a pavimentação de estradas municipais, com pareceres das comissões de justiça e redação e finanças e orçamento, apresentado emenda ao artigo 1º do Projeto de Lei. Postos em discussão, o vereador Cassio de F. Levy, argumentou que não cre que seja inconstitucional asfaltar dentro do perímetro urbano e que a comissão de Justiça e Redação em seu parecer autoriza o asfaltamento perto da represa do Barro do Barro Preto, e sendo assim seria preferível a Câmara rejeitar o presente Projeto de Lei, e solicitar do senhor Prefeito Municipal, que envie o mais rápido possível nova Lei, determinando outro local, onde haja mais concentração populacional, ou ainda que envie a esta Casa parecer jurídico sobre o incôn, digo, 1, inconstitucionalidade ou não do asfaltamento dentro do perímetro urbano, e no caso da legalidade deste asfaltamento, que envie novamente o mesmo projeto de lei. O vereador Jose Jorente, disse que de acordo com parecer jurídico tal realização é ilegal, sendo que bancada do MDB não é contrária ao Projeto de Lei. Não havendo vereadores que se ma-

manifestassem, os pareceres são postos em votação, tendo sido REJEITADOS por unanimidade. Em seguida é posto em discussão o Projeto de Lei nº 13/76, e não havendo vereadores que se manifestassem, é posto em votação, tendo sido REJEITADO, por unanimidade, a DISCUSSÃO E VOTAÇÃO do Projeto de Lei nº 20/76 de 4/5/76 dispõe sobre o reajuste do, digo, que reajusta os padrões de vencimentos e salários dos servidores da Municipalidade, com pareceres das comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, apresentando emendas no, digo, estabelecendo um aumento de 30% aos funcionários do Quadro e 44,14% aos do CLT, os quais são postos em discussão e o vereador Cassio de F. Levy, disse que seu parecer é que aprove o Projeto de Lei, como consta o original, ou seja um aumento de 44,14% a todos os funcionários. O vereador Jose Jorente, argumentou que acompanha os pareceres das comissões, e disse que as verem um aumento de 30%, sendo portanto justo que os funcionários do Quadro tenham o mesmo, digo, o mesmo aumento e os funcionários admitidos pela CLT, tenham um aumento de 44,14%, como determina o Governo Federal. Não havendo mais vereadores que se manifestassem os pareceres são postos em votação, tendo sido aprovados por cinco votos contra quatro votos. Em seguida é posto em discussão o Projeto de Lei, e não havendo vereadores que se manifestassem o mesmo é posto em votação, com as emendas apresentadas, tendo sido aprovada por unanimidade, artigo por artigo. O vereador Cassio de Freitas Levy, solicitou à Mesa, que envie ao Prefeito Municipal uma justificativa, solicitando ao mesmo que envie novo projeto de lei para melhor utilização da verba e também explicação jurídica sobre a aplicação desta verba, digo, verba proveniente do ART. Não havendo mais matérias para a ORDEM DO DIA, o senhor presidente declarou por encerrada a presente sessão, mandando que se lavrassem a presente ata para constar dos trabalhos, desta Casa.



Ata da 89ª sessão ordinária do 49º ano legislativo da 7ª legislatura do município de Cordeiropolis, realizada em 18 de maio de 1976.

Aos dezoito dias do mês de maio de 1976, precisamente às 19,30, na Sala das Sessões-Paço Municipal, reuniu-se a edilidade de Cordeiropolis, a fim de promover a 89ª sessão ordinária do 49º ano legislativo da 7ª legislatura do município de Cordeiropolis, sessão esta presidida pelo vereador David Alves de Oliveira, presidente e secretariada pelo vereador Jose Luiz Buratti, 1º secretário. Procedida a chamada a ela responderam presentes os seguintes vereadores: Carlos Tomazella, David Alves de Oliveira, Elias A. Saad, Geraldo Bertanha, Jose Jorente, Jose Luiz Buratti e Jose Luiz Geraldo. Sete vereadores presentes. Havendo número legal para a abertura da sessão, o senhor presidente declarou aberta a sessão, solicitando que fosse feita a leitura do resumo da sessão anterior ou seja da 88ª sessão extraordinária, realizada em 13 de maio do corrente ano, e que foi feita, tendo sido colocada em discussão, não houve vereadores que se manifestassem e foi aprovada por unanimidade, sem debates. A sessão de maio de 1976, que abre crédito especial para fins de 1976, de 1975, que especifica as outras providências. As comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, foi o despacho da Mesa, Projeto de Lei nº 22/76, de 18/5/76, que abre crédito especial para pavimentação de estradas municipais que especifica. As comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, foi o despacho da Mesa, Ofício nº 2007/76, do Executivo local, respondendo indicações e requerimentos dos nobres edis. 17/76, de SAAC, respondendo ofício nº 21/76, desta Casa. Ofício nº 11/76, de SAAC, respondendo ofício nº 11/76, desta Casa. A Secretaria de David Alves de Oliveira. A Ordem do Dia, foi o despacho do vereador mais matérias para o Expediente, sessão de maio de 1976.